

As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação

The Brazil-Argentina Bilateral Relations in the Regional Integration Framework: From a Rivalry Situation to the Beginnings of Effective Cooperation

LEONARDO GRANATO¹

Resumo

Neste trabalho, é proposto um perpassar histórico das relações entre Brasil e Argentina, desde o século XIX até o século XXI. A partir desta retomada histórica, verifica-se, em princípio, um período de rivalidades, que dará lugar a uma nova fase de negociações e de efetiva cooperação entre os dois países. Ao ser enfatizado o estágio atual de cooperação, discutem-se não somente as recentes negociações, mas, também, as perspectivas futuras para uma relação hegemônica, a partir da qual Brasil e Argentina exercem papel fundamental na definição dos destinos dos demais países da América do Sul.

Palavras-chave: Cooperação, integração, Argentina, Brasil.

Abstract

In this article, we present a historical overview of the international

1 Leonardo Granato é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. granato.leonardo@gmail.com.

affairs between Brazil and Argentina, which have been established since the 19th century. As we consider this historical overview, we visualize an initial period of rivalry, which has evolved into a new phase of negotiations characterized by an effective sense of cooperation between the two countries. As we focus on this current stage of cooperation, we discuss their recent approaches and negotiations, which result in a hegemonic relation that allows Brazil and Argentina to play a fundamental role in the future perspectives of the other countries in South America.

Keywords: Cooperation, integration, Argentina, Brazil.

Introdução

Desde o final do século XIX, as relações bilaterais argentino-brasileiras evoluíram de uma fase inicial de rivalidade para uma cooperação baseada no entendimento de que uma aliança estratégica, entre ambos os países, constituiria o “motor” da integração regional na América do Sul. Nesse sentido, o compromisso argentino-brasileiro, que une os dois maiores Estados da região, é essencial para a condução e o fortalecimento do processo de união sul-americana em curto, médio e longo prazo.

O propósito do presente trabalho é estudar as relações bilaterais argentino-brasileiras e a aliança estratégica em particular, entendida como base ou eixo gravitacional das propostas de integração regional na América do Sul das décadas de oitenta, noventa e dois mil. Busca-se também identificar o papel desempenhado por Brasil e Argentina na constituição de uma nova integração sul-americana, no período 2003-2011.

Em nosso entender, qualquer iniciativa de associação regional no Cone Sul faz-se inviável sem o protagonismo oriundo da conexão entre Brasil e Argentina², ao atentarmos para o fato de que tais iniciativas exigem convergências e acordos políticos de tal magnitude que pressupõem, em essência, a aliança estratégica entre os dois países.

No que diz respeito à descrição deste trabalho, em primeiro lugar, será realizada uma síntese de fatos históricos significativos das relações bilaterais argentino-brasileiras, etapa do trabalho que tem por objetivo identificar os diferentes padrões de comportamento de ambos os países, desde a rivalidade até a cooperação³. Também será abordada a gênese da coesão na América do Sul, sendo identificados diferentes momentos segundo o contexto político e ideológico.

2 Veja-se Bandeira (1987), Paradiso (2005), Candeas (2010) e Rapoport e Madrid (2011).

3 Veja-se Rapoport e Cerro (2001); Fausto e Devoto (2004).

Finalmente, é analisada a centralidade da parceria estratégica entre Brasil e Argentina, propulsada pelos governos Lula e Kirchner, na projeção e na gestão de um novo modelo de integração regional para a América do Sul, bem como nos êxitos e avanços experienciados.

As relações argentino-brasileiras: da rivalidade à cooperação

Por volta do século XIX, a relação entre Brasil e Argentina foi marcada pelo predomínio da rivalidade. Ao continuar com o sistema de dinastia, o Brasil foi percebido como o herdeiro da aspiração hegemônica e intervencionista portuguesa na Bacia do Rio da Prata. Isso determinou, em grande medida, o desenvolvimento das relações do Brasil com seus vizinhos republicanos.

Tal foi o caso da Guerra da Cisplatina (1825-1828), ou, segundo a historiografia argentina, Guerra contra o Império do Brasil, na qual o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata disputaram a Província de Cisplatina (atual território da República Oriental do Uruguai). Outro conflito foi a Batalha de Caseros de 1852, em que o Exército Grande – integrado por Brasil, Banda Oriental e Províncias de Corrientes e Entre Ríos – derrotou a tropa da Confederação Argentina.

Em 1856, foi instaurado um ambiente de distensão na Bacia do Rio da Prata, quando a Confederação Argentina, sob a presidência de Justo José de Urquiza (1852-1860), assinou com o Brasil um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, e reconheceu a independência do Paraguai.

Entretanto, a formação territorial dos Estados Nacionais da Bacia do Rio da Prata, a busca por equilíbrio de poder na região e os interesses de potências europeias (tais como a Grã-Bretanha), resultaram na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Argentina, Brasil e Uruguai entraram em conflito com o Paraguai, que pretendia alterar o equilíbrio de forças na região, ao buscar uma saída pelo mar através da expansão ao litoral argentino e ao Uruguai.

O Brasil interveio no conflito, motivado por questões de cunho

geoestratégicas, vinculadas à consolidação da fronteira meridional e ao acesso às províncias do interior do país. Finalizada a guerra, a permanência de tropas brasileiras no Paraguai permitiu a estabilidade do governo provisório no país, e a Argentina consolidou seu Estado nacional a partir da hegemonia de Buenos Aires.

No final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a natureza da relação bilateral evoluiu até uma “instabilidade conjuntural” (Candeas, 2010), tendo-se, como fator determinante de tal transformação, a solução do contencioso territorial ou de limites. Foi o presidente argentino Julio Argentino Roca (1880-1886; 1898-1904) quem oportunamente promoveu a solução do contencioso territorial com o Brasil pela via arbitral, conforme o acordo de 1889.

Posteriormente, com a proclamação da República do Brasil, o acordo de 1889 foi deixado de lado e iniciaram-se as negociações diretas entre Brasil e Argentina. O resultado foi a assinatura do Tratado de Montevideú, que dividia ao meio o território em disputa (a região de Palmas/Missões); no entanto, esse tratado não foi aprovado pela Câmara de Deputados do Brasil.

Não obstante a isso e conscientes da importância da aproximação e do fortalecimento da relação bilateral, Brasil e Argentina assinaram, em 1898 o Tratado de Limites. Esse coincidiu com a primeira troca de visitas entre os presidentes dos dois países e com a ideia de unirem-se ao Chile, configurando o chamado “Pacto de ABC”, como um acordo de defesa frente a possíveis agressões. A este tipo de “aumento de confiança”, somaram-se os acordos entre Argentina e Chile (1902) e a gestão de perfil latino-americanista do presidente argentino Roque Sáenz Peña (1910-1914).

No plano militar, até o início dos anos 1890, em que havia ocorrido a Revolta da Armada, a superioridade naval brasileira era indiscutível. Em 1904, uma lei do Congresso Brasileiro, que reconhecia a necessidade de se rearmar frente ao poderio naval argentino, provocou comoção na Argentina, cuja opinião pública sustentava que o rearmamento dizia respeito à aproximação entre Brasil e Estados Unidos por

conta de um suposto pacto, de acordo com o qual o Brasil exerceria a hegemonia sul-americana como garantia da Doutrina Monroe, legitimando as intervenções coletivas em caso de comoção interna em algum dos países da região. Este período de “paz armada” deu espaço a um período caracterizado pela busca de cooperação entre os dois países, ainda que não isenta de rivalidade.

Em 1910, por motivo de sua visita à cidade do Rio de Janeiro, o eleito presidente Sáenz Peña declarou que “tudo nos une, nada nos separa”, mas, apesar disso, a Argentina não aceitaria fazer parte do Pacto do ABC.

Ainda assim, em 1914, o movimento organizado dos países do ABC, com o objetivo de intermediar no conflito entre México e Estados Unidos, concretizaria a proposta do Pacto de ABC. Em 25 de maio de 1915, esses países assinaram o Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem, através do qual se estabelecia que toda a controvérsia entre as partes, que não pudesse ser resolvida por meios diplomáticos ou por arbitragem, seria submetida à investigação de uma comissão permanente, previamente ao início das hostilidades. Como é possível observar, o tratado efetivamente assinado, que foi menos ambicioso do que o originalmente concebido pelo Barão de Rio Branco, não tinha caráter de aliança política.

Contudo, a própria dinâmica da política interna argentina impediu a ratificação do acordo, já efetuada pelo Brasil e pelo Chile. O presidente argentino Hipólito Yrigoyen (1916-1922 e 1928-1930) considerava que o “ABC” excluía injustificadamente as outras nações do continente, colocando os três signatários em um plano de superioridade; argumentava, além disso, que tal pacto estava alinhado com o pan-americanismo favorecido pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o pacto ABC era interpretado como um primeiro passo em direção à divisão do continente entre o imperialismo do Norte e as hegemonias do Sul.

Após a crise de 1929, a Argentina retomou sua aproximação com o Brasil, especificamente a partir da visita do então presidente Agustín P. Justo (1932-1938) ao Rio de Janeiro, em 1933. Nessa oportunidade,

foram assinados diversos convênios relativos a comércio e navegação, prevenção e repressão de contrabando, extradição, navegação aérea, exposições, vendas de produtos nacionais, turismo, intercâmbio intelectual e artístico, revisão de textos de história e geografia, intercâmbio de publicações, além do Tratado Antibélico de Não-Agressão e Conciliação.

Em 1935, o presidente Getúlio Vargas (1930-1934; 1934-1937; 1937-1945 e 1951-1954) fez uma visita a Buenos Aires, onde assinou uma série de novos acordos, tais como um tratado de comércio e navegação, protocolos sobre extradição e construção da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres, três convênios sobre lutas civis, intercâmbio de professores e estudantes e sobre visitas de técnicos fitossanitários, além de outros acordos bilaterais.

Nesta ordem de ideias, é fundamental destacar que tais convênios, semelhantes ao Tratado Antibélico – que tinha incerta a cláusula da Nação Mais Favorecida –, se encontravam abertos para a adesão dos países da região. Este é um dos pontos mais relevantes dos mencionados entendimentos entre Brasil e Argentina, que dá conta e revela o potencial estruturante da relação bilateral para a futura integração da região.

A mencionada visita de Vargas ocorreu durante a Conferência Comercial Pan-americana e antecedeu a assinatura do Protocolo de Paz, que pôs fim à Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935). O processo de paz no Chaco deu lugar a um estreito acordo entre Brasil e Argentina – juntamente com Chile e Peru (ABCP), para atuação como mediadores do conflito, contrariando a intenção dos Estados Unidos de instaurar um procedimento arbitral.

O boicote argentino ao Comitê de Neutros em Washington, a favor do acordo ABCP, gerou efeitos nefastos na relação bilateral Argentina-Estados Unidos, materializados, principalmente, nas restrições ao comércio. Dessa forma, a Argentina deu início a uma política de acordos bilaterais de complementação econômica no Cone Sul, destacando-se o Tratado de Livre Comércio Progressivo, celebrado em 1941 com

seu maior sócio comercial, o Brasil.

Ainda que esse tratado nunca tenha sido ratificado pela Argentina, em 1944 o Brasil superou a Grã-Bretanha como provedor de manufaturas à Argentina. Durante a primeira presidência de Juan Domingo Perón (1946-1952; 1952-1955 e 1973-1974), o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) iniciou uma diplomacia em oposição à Argentina considerada totalitária⁴: o Parlamento Brasileiro não validou o convênio comercial assinado em 1946, o Itamaraty não deu sequência a uma proposta de aproveitamento conjunto dos rios, o encontro presidencial de 1947 se limitou unicamente à inauguração protocolar da ponte Uruguiana–Paso de los Libres e os acordos assinados nesta ocasião – sobre a utilização do cruzeiro como base das transações comerciais e dos navios das duas nacionalidades para o intercâmbio de mercadorias – tampouco foram ratificados pelo Brasil.

Em 1951, o presidente Vargas se comprometeu a implementar, conjuntamente com a Argentina de Perón, uma “terceira posição” de política exterior, que *vis-à-vis* ratificava o espírito de integração econômica e cooperação militar. Apesar disso, Perón jamais consegue realizar uma reunião de cúpula com Vargas.

Em 1953, Argentina e Chile – com o compromisso do Brasil de aderir oportunamente – assinaram a Ata de Santiago, que expressava a necessidade de unidade de ação com vistas ao estabelecimento de uma união econômica marcada pela soma dos recursos financeiros, o estabelecimento de um mercado comum, a mobilização das indústrias corporativamente mais produtivas e a coordenação do desenvolvimento econômico dos dois países. Frente às dificuldades políticas internas que imperavam, Vargas não assinaria o novo pacto, ainda que Perón deixasse aberta a porta para uma futura adesão do Brasil através de sua célebre fórmula “o ano 2000 irá nos encontrar unidos ou dominados”.

4 Para uma abordagem da política externa argentina correspondente ao período 1945-1980, veja-se Lanús (1984).

A não-consolidação da integração proposta na “reedição” do ABC foi resultado de uma série de motivos, entre os quais encontramos: no plano econômico, as bruscas oscilações, a reduzida demanda global que não justifica a formação de um bloco, a expansão do mercado interno brasileiro que ainda não havia esgotado o processo de substituição de importações e o escasso interesse de um setor industrial, protegido em seu mercado interno, por tarifas e normativas protecionistas; e no plano político, as crises internas, sobretudo no Brasil. Apesar das adesões da Bolívia e do Paraguai à Ata de Santiago, a resistência do Brasil foi determinante para a falta de êxito da iniciativa integracionista de Perón.

Em abril de 1961, os presidentes da Argentina e do Brasil reuniram-se na Reunião de Cúpula de Uruguiana, com o objetivo de afirmar a amizade e a responsabilidade continental compartilhada em suas qualidades de maiores países da América do Sul⁵. O processo que os conduziu à Uruguiana é a tradução diplomática da convergência do nacional-desenvolvimentismo do Brasil e da Argentina. Essa convergência vinha amadurecendo desde os primeiros entendimentos entre os presidentes Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) e Arturo Frondizi (1958-1962), em torno da elaboração da Operação Pan-americana, em 1958.

A agenda de conversações de Uruguiana foi ampla, abarcando assuntos tais como políticas de equilíbrio de poder sub-regional, intercâmbio comercial, cooperação para o desenvolvimento, cooperação cultural e científico-tecnológica, recursos energéticos, relações com os Estados Unidos e Cuba e o conflito entre Equador e Peru.

Uruguiana erguia-se desafiante, como um pólo de poder no sul do hemisfério. Brasil e Argentina anunciaram uma política externa

5 Em 1960, Brasil e Argentina participam da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que fracassou na consecução de seus propósitos, e que será substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

baseada no desenvolvimento como parte das estratégias internas de industrialização, que deveria substituir as importações. Essa política era oriunda da capacidade negociadora de ambos os países na arena internacional, regida pela ideia de um intercâmbio pautado pelo benefício mútuo e pela diversificação.

Cabe contemplar também que, na ocasião da Declaração de Uruguiana, Brasil e Argentina assinaram um Convênio de Amizade e Consulta, estabelecendo um sistema permanente de consultas prévias e intercâmbio de informação e maior integração nos campos econômico, financeiro, judicial e cultural, além da otimização da legislação sobre circulação de pessoas.

A desconfiança recíproca dos sistemas políticos internos e o afastamento de Jânio Quadros (1961) e Arturo Frondizi de seus cargos interromperiam Uruguiana, retornando-se, durante os sucessivos períodos militares iniciados na década de 1960⁶ e presentes até os anos oitenta, a uma política ambivalente, e, em certo sentido, contraditória, de rivalidade e cooperação entre ambos os países⁷. Essa política, em 1980, viria a ser obsoleta frente à gradual eliminação de Brasil e Argentina como hipóteses de conflito, e à consequente perseguição da paz por meio da cooperação.

Os avanços extraordinários no entendimento bilateral foram refletidos na sequência inédita de quatro encontros presidenciais entre 1980 e 1983, e em dois assuntos estratégicos, o nuclear e o de Itaipu. Em maio de 1980, Brasil e Argentina assinaram o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Usos Pacíficos da Energia Nuclear e outros instrumentos relativos à matéria; e, em 1982, depois

6 Para uma análise da política externa brasileira de 1964 até a atualidade, veja-se Cervo e Bueno (2002).

7 Em 1969, Argentina e Brasil, junto a Bolívia, Paraguai e Uruguai, assinaram o Tratado da Bacia do Rio da Prata, para promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da região. Dez anos depois, o Acordo Tripartido Corpus-Itaipu pôs fim às diferenças entre os governos militares da Argentina e do Brasil.

de eliminadas as tensões que persistiam entre ambos os países (desde a década de 1960) em torno da compatibilização de projetos hidroelétricos, foi inaugurada a Usina Hidroelétrica de Itaipu.

Neste ordenamento de ideias, é fundamental fazer menção ao conflito das Ilhas Malvinas ou Guerra do Atlântico Sul, que levou a Argentina a rivalizar com a Grã-Bretanha em 1982. O Brasil, embora discordasse do método para resolver o litígio, decidiu pela neutralidade, mas uma neutralidade, que, na prática, favorecia a Argentina, ao conceder-lhe ajuda material, inclusive militar, enquanto assumia a representação de seus interesses na Grã Bretanha.

Além disso, ambos os países começaram a identificar e estimular projetos de complementação econômica, associações empresariais, exportações conjuntas para mercados terceiros e projetos de cooperação nas áreas energética e científico-tecnológica, que foram materializados em um conjunto de instrumentos bilaterais. Dessa maneira, uma profunda afinidade se manifestou através do entendimento de uma agenda comum em temas com a crise na América Central, a Rodada Uruguai, a não-proliferação e desenvolvimento nuclear e a América do Sul como zona de paz e de cooperação.

A aliança Argentina-Brasil e a integração no Cone Sul

Em novembro de 1985, no marco de uma conjuntura caracterizada por um significativo endividamento externo dos países da América Latina, elevadas taxas de juros, preços internacionais decrescentes para as exportações de matéria-prima e um aumento do protecionismo por parte das potências industriais, os presidentes José R. F. de A. C. Sarney (1985-1990) e Raúl Alfonsín (1983-1989) escreveram a Declaração de Iguazu. Iniciou-se, assim, um processo bilateral de consolidação democrática que privilegiaria as relações comerciais, a complementação econômica e industrial e a cooperação tecnológica com ênfase na área nuclear.

Em 1986, foi assinada, em Buenos Aires, a Ata pela Integração Argentino-Brasileira, por meio da qual foi criado o Programa de Integração

e Cooperação Econômica. Entre 1986 e 1989, intensificaram-se os encontros presidenciais e proliferaram acordos de diversos tipos. Em essência, implantava-se uma integração flexível, gradual e dirigida à complementação econômica em setores específicos.

Em 1988, ocorreu um avanço fundamental na relação bilateral, que se vinculou diretamente à assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, cujo objetivo era a formação de um espaço econômico comum entre os dois países, com harmonização de políticas macroeconômicas para a configuração de um mercado comum.

Cabe esclarecer que o Tratado de Integração, ainda que tenha surgido dessa relação bilateral fundamental, foi pensado como um mecanismo aberto à adesão dos Estados membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). É importante destacar que, segundo o próprio considerando do Tratado, é necessária a concretização definitiva do processo de ajuste econômico entre Brasil e Argentina, em um marco de renovado impulso à integração da América Latina (Granato, Oddone e Vazquez, 2008). Nesse sentido, Brasil e Argentina reafirmam, mais uma vez, o papel de estruturadores das relações regionais.

O modelo de integração dos anos oitenta tinha como objetivo estabelecer um equilíbrio, no desenvolvimento das relações econômico-comerciais dos países, que evitasse a especialização setorial dos sistemas produtivos e o acúmulo de saldos comerciais negativos. Como consequência disso, Brasil e Argentina pensaram em um esquema de intercâmbio setorial, gradual e flexível, que não seria baseado em vantagens comparativas.

Em 1989, com a troca de governo na Argentina, a política externa do país experimentou múltiplas rupturas com relação aos delineamentos determinados pelo governo anterior, exceto com relação ao Brasil e à integração regional, que caracterizaram diretrizes de continuidade entre as políticas externas dos presidentes Alfonsín e Carlos S. Menem

(1989-1995; 1995-1999)⁸.

A convergência ideológica dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Menem foi determinante para o avanço de uma ligação voltada à liberalização comercial, ou regionalismo aberto aos mercados. Dessa forma, a integração bilateral com projeção regional, concebida no período Sarney-Alfonsín como um projeto de integração para o desenvolvimento, transformou-se em uma ferramenta dos governos Collor e Menem, seguidores das reformas neoliberais e das políticas preconizadas pela potência hegemônica para a inserção subordinada dos países periféricos ao sistema internacional.

Tal como fica especificado na Ata de Buenos Aires, de julho de 1990, o objetivo é estabelecer um mercado comum entre Argentina e Brasil, dando-se particular ênfase à coordenação de políticas macroeconômicas e às liquidações tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, como metodologias primordiais para a configuração do mercado comum.

Uruguai e Paraguai associaram-se a este processo de aceleração da liberalização comercial, o que levou, em março de 1991, à assinatura do Tratado de Assunção, para a constituição do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, por parte dos quatro países.

Mesmo assim, ainda que a relação Menem-Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 1999-2003) – no campo da diplomacia presidencial – não tenha se caracterizado pela mesma afinidade política registrada nos binômios Sarney-Alfonsín e Collor-Menem, em abril de 1997, os presidentes Cardoso e Menem assinaram a Declaração do Rio Janeiro, na qual, pela primeira vez na história, as relações entre os dois países foram definidas como uma “aliança estratégica”⁹, elemento central e

8 O Brasil era visto como um país fundamental e indispensável para a realização do interesse nacional argentino. Sobre esta questão, veja-se Russell e Tokatlian, 2003.

9 Disponível em: <<http://www.embarg.org.br/DecRio.html>>. Acesso em

permanente dos respectivos projetos nacionais¹⁰.

Por sua vez, no governo de Fernando de la Rúa (1999-2001), ainda que as relações com o Brasil fossem consideradas um elemento central da política externa argentina, evidenciavam-se linhas políticas contraditórias: por um lado, ampliavam-se os processos de consulta e coordenação em temas estratégicos, tais como política econômica (principalmente por conta da desvalorização do real em 1999), meio ambiente, desarmamento, segurança, ciência e tecnologia e integração energética; por outro lado, a Argentina não forneceu apoio à proposta brasileira de constituir a Área de Livre Comércio Sul-Americana¹¹, tal como havia sido evidenciado na Reunião de Chefes de Estado da América do Sul, em Brasília, em setembro de 2000.

Em pleno auge da crise argentina de 2001/2002, verifica-se, na Argentina, um forte desejo de associação com o Brasil, consolidando-se com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. A convergência iniciada na gestão do presidente Fernando Henrique seria aprofundada na administração Lula, tanto que, de 2003 a 2010, foram registradas mais de 20 visitas presidenciais e de ministros de relações exteriores¹².

O primeiro encontro oficial entre os presidentes Lula e Eduardo A. Duhalde (2002-2003), em 14 de janeiro de 2003, definiu uma extensa agenda bilateral que se encaminhava a conceber uma verdadeira associação estratégica entre ambos os países, transformando-a em um

fevereiro de 2012.

10 A respeito da política externa do governo Menem, veja-se: Escudé, 1992 e Escudé e Cisneros, 1999. A respeito da política externa do governo Fernando Henrique, veja-se: Vigevani et. al., 2003.

11 Ideia originalmente formulada pelo presidente Itamar A. C. Franco (1992-1995), em 1993, e retomada por seu sucessor, Fernando Henrique.

12 A respeito da política externa do presidente Lula, veja-se: Cervo, 2003; Amorim, 2004; Vigevani e Cepaluni, 2007; Moniz Bandeira, 2008; Guimarães, 2010; Sarti, 2011.

motor de integração da América do Sul¹³. Segundo o Comunicado Conjunto de Imprensa, a integração deveria ser feita em benefício de suas populações, apoiando a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável voltado para o crescimento, a justiça social e a dignidade da pessoa humana, e fundado nos princípios de participação e transparência e na ética. Enfatizava-se que a inclusão social era um objetivo central de seus Governos.

Sob este ordenamento de ideias, Brasil e Argentina sugeriram recuperar a essência política do processo de integração, abandonada em razão das diretrizes neoliberais dos anos noventa (Cervo, 2008:213), essência que se expressa nas ideias de autonomia¹⁴ e anti-hegemonia. Conforme expressa Jaguaribe,

a preservação, mediante apropriados mecanismos integrativos, da mais ampla margem possível de autonomia, constitui, para os países subdesenvolvidos, notadamente no caso da América Latina, o modo pelo qual podem manter sua identidade nacional no curso das próximas décadas, mas no qual se encontrarão sob forte pressão hegemônica por parte dos Estados Unidos (Jaguaribe, 2002:64).

Aqui começa a ser vislumbrado um modelo de integração diferente, com características e articulações próprias: pela primeira vez, o combate à pobreza e os mecanismos de desenvolvimento social passaram a formar parte da agenda bilateral. A área produtiva e desenvolvimentista voltou a ser o centro da agenda integracionista, rompendo com a tendência dos anos noventa, e retomando o modelo de integração pensado no período Sarney-Alfonsín: o setor de infraestrutura afirmou seu peso na agenda do marco da Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), bem como foi decidido intensificar os trabalhos relativos à integração energética, à coordenação macroeconômica no

13 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/01/14/comunicado-conjunto-de-imprensa-dos-presidentes-da>>. Acesso em fevereiro de 2012.

14 Veja-se Russell e Tokatlian, 2002, bem como Granato, 2010.

MERCOSUL, à defesa e à segurança internacional e à defesa e plena vigência dos direitos humanos.

Como indica Guimarães,

A América do Sul se encontra, necessária e inarredavelmente, no centro da política externa brasileira. Por sua vez, o núcleo da política brasileira na América do Sul está no MERCOSUL. E o cerne da política brasileira no MERCOSUL tem de ser, sem dúvida, a Argentina. A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas, tanto do Brasil quanto da Argentina (Guimarães, 2007:169).

Na reunião de cúpula do MERCOSUL, realizada em Assunção em junho de 2003, foi aprovado o “Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum – Agenda 2006”, que marcou formalmente o começo do aprofundamento do processo de integração. Entre os quatro eixos do programa, que iam mais além daqueles puramente comerciais, se encontravam o programa político, social e cultural, e o programa para uma nova integração.

Com a chegada do presidente Néstor Kirchner (2003-2007), este modelo foi continuado e aprofundado¹⁵. Os presidentes Kirchner e Lula enfatizaram a grande convergência de valores e objetivos de seus governos, segundo o Comunicado Conjunto de Imprensa de 11 de junho de 2003, do qual se destacava a propriedade outorgada ao MERCOSUL, através do aprofundamento de sua agenda, ultrapassando os aspectos comerciais previstos no Tratado de Assunção; e a integração sul-americana, mediante sua ampliação a outros países da região, com o corolário da preservação da autonomia (Sarti, 2011).

Atualmente, o desenvolvimento de cada um dos países do mundo depende do crescimento de seus vizinhos. Não é possível pensar na

15 A respeito da política externa do presidente Kirchner, veja-se Bielsa, 2005; Tokatlian, 2005; Bologna, 2006 e Simonoff, 2009.

prosperidade do Brasil ou da Argentina sem pensar no bem-estar da região em seu conjunto. Nesse contexto, a integração regional constitui uma alternativa consciente dos governos sul-americanos para enfrentar os desafios impostos pela globalização.

Segundo Jaguaribe,

O que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina, não é apenas o fato de que uma estreita cooperação entre os dois países lhes seja extremamente conveniente. O que está em jogo é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes condições do mundo, como um requisito *sine qua non* para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõe, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar sua identidade nacional e seu destino histórico. Tal fato constitui uma das inescapáveis consequências do processo de globalização (Jaguaribe, 2005:45).

No aspecto interno, os governos Lula e Kirchner coincidiram na necessidade de atenuar a dependência financeira, empresarial e tecnológica com relação às estruturas hegemônicas do capitalismo; de reforçar o núcleo duro-econômico nacional e de recuperar e consolidar a vocação industrial do país.

No aspecto externo, ambos os governos “visam a trazer para o mundo real o multilateralismo utópico da fase anterior” (Cervo, 2008: 168), destacando-se o alto nível de coordenação bilateral – revelado no plano das negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), as negociações plurilaterais em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)¹⁶ e as negociações birregionais

16 Na IV Reunião de Cúpula da ALCA de Mar del Plata de 2005, que marcou o fracasso da ALCA, Brasil e Argentina lideraram o grupo de países que sustentaram não haver condições necessárias para a realização de um acordo de livre comércio equilibrado e equitativo, que levasse em conta as necessidades e sensibilidades de todos os sócios, assim como as diferenças

MERCOSUL - União Europeia, relançadas em maio de 2010.

Com relação ao MERCOSUL em particular, os presidentes Lula e Kirchner convergiram no que dizia respeito à necessidade de contar com uma visão multidimensional. De modo que sob tal ordem de ideias, não somente era enfatizada a intenção de aperfeiçoar a união aduaneira, impulsionar a competitividade e o tratamento das assimetrias, promover e proteger os investimentos, avançar sobre a coordenação macroeconômica, mas também, visava-se a considerar e favorecer o trabalho nas áreas sociais e produtivas.

Entre os documentos de teor político que marcaram o início de um novo relacionamento bilateral Brasil-Argentina, cujos valores impregnaram a visão de nova integração sul-americana, encontramos o Consenso de Buenos Aires de 2003¹⁷, a Ata de Copacabana¹⁸ e a Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade¹⁹, ambas assinadas no Rio de Janeiro, em 16 de março de 2004.

Merece especial consideração o Consenso de Buenos Aires, assinado pelos presidentes Lula e Kirchner em 16 de outubro de 2003, no qual,

nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias.

17 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/10/16/consenso-de-buenos-aires>>. Acesso em fevereiro de 2012.

18 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/03/16/ata-de-copacabana>>. Acesso em fevereiro de 2012. Conforme é estabelecido no instrumento, ambos os presidentes se comprometem em aprofundar a associação estratégica entre os países, definir uma posição convergente sobre os grandes temas, aprofundar o MERCOSUL, aproveitando as presidências Pro Tempore de ambos os países, bem como construir a Comunidade Sul-Americana de Nações, dentre outras questões.

19 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/03/16/declaracao-sobre-a-cooperacao-para-o-crescimento>>. Acesso em fevereiro de 2012. Destaca-se a necessidade de unir esforços para evitar a crise e gerar mecanismos de desenvolvimento sustentado, que incluam um enfoque comum das relações de ambos os países com os organismos financeiros internacionais.

com grande pragmatismo e vocação política, foi enfatizada a convicção de que o MERCOSUL não é unicamente um bloco comercial, mas um espaço catalisador de valores, tradições e de um futuro compartilhado, com vistas ao fortalecimento da inserção dos países sul-americanos no mundo (Cervo, 2006).

No âmbito da América do Sul em específico, a partir de 2003, as políticas externas de doze países sul-americanos convergiram na opção, proposta pelo Brasil, de se integrarem a uma união de nações. A Comunidade Sul-Americana de Nações, cuja origem se encontra na Declaração de Cuzco de 2004²⁰, poderia ser considerada a antecessora imediata de maior importância para a constituição da atualmente denominada União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)²¹. Segundo o assessor de política externa do presidente Lula,

O Brasil compreendeu que somente por intermédio do comércio não se resolvem os problemas da construção de uma América do Sul integrada, justa e democrática. Ao contrário, a integração comercial pode, nas circunstâncias atuais, agravar as assimetrias entre países mais desenvolvidos e de economia mais complexa e diversificada, como o Brasil e a Argentina, de um lado, e os demais, de outro (García, 2010:161).

Neste sentido, a América do Sul faz parte da identidade internacional

20 Cabe destacar que a mencionada Declaração é fruto da III Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul, sendo a primeira delas levada a cabo em Brasília, em setembro de 2000, e a segunda, em Guayaquil, em julho de 2002, por ocasião do CLXXX aniversário do encontro dos Libertadores Simón Bolívar e José de San Martín.

21 Os chefes de Estado e de Governo dos doze países sul-americanos já mencionados assinaram, em maio de 2008, o Tratado através do qual é estabelecida a UNASUL. O Tratado é o desenlace de um intenso trabalho diplomático, desenvolvido conjuntamente pelos países signatários, com base nas Reuniões de Cúpula Presidenciais de Cuzco de 2004, Brasília de 2005, Cochabamba de 2005 e Ilha Margarita de 2007. Para maiores informações acerca desta evolução, veja-se Granato, Oddone e Vazquez, 2010.

do Brasil, e isso se vê refletido no Plano Brasil 2022²², que tem como duas de suas várias metas, aprofundar e expandir o MERCOSUL, bem como consolidar a UNASUL.

Sem prejuízo à integração produtiva²³, a integração financeira como ponto de partida para financiar projetos de desenvolvimento passou a constituir outro ponto estratégico do eixo Brasil-Argentina. Um aspecto fundamental, nesse sentido, é desempenhado pelo Banco del Sur, que viria a substituir organismos internacionais de crédito, tais como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, e financeira, junto à Corporação Andina de Fomento e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, os projetos de desenvolvimento²⁴.

No fim de 2007, sob a presidência de Cristina Fernández de Kirchner, a política externa argentina destacou-se por sua especial relação com o Brasil, beneficiada pelo alto grau de institucionalidade e com o desafio de uma frondosa e complexa agenda bilateral (Miranda, 2007; Cortés e Creus, 2010). Os presidentes Lula e Fernández de Kirchner firmaram, em 18 de dezembro desse ano, o instrumento por meio do qual se instituiu o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina, coordenado pelas respectivas Chancelarias, e que prevê reuniões de subcomissões temáticas e duas reuniões anuais de

22 O próprio presidente Lula solicitou, ao ministro de Assuntos Estratégicos Samuel Pinheiro Guimarães, que ele pensasse estrategicamente o futuro do país, fixando metas para o ano 2022, ano do Bicentenário da Independência. Para isso, foi elaborado o Plano Brasil 2022, sendo um de seus capítulos intitulado “A América do Sul em 2022”. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/brasil2022/>>. Acesso em fevereiro de 2012.

23 A este respeito, é importante mencionar a criação do Mecanismo de Adaptação Competitiva, mediante o Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 14, sob Adaptação Competitiva, Integração Produtiva e Expansão Equilibrada e Dinâmica do Comércio, assinado por ambos os países em 1 de fevereiro de 2006.

24 Em 2009, o eixo Argentina-Brasil deu impulso à proposta venezuelana do “Banco del Sur”, através da assinatura do respectivo Tratado Constitutivo. Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai acompanharam a proposta, reafirmando a necessidade de uma nova arquitetura financeira sul-americana.

presidentes.

Da mesma forma, segundo a Declaração Conjunta de Imprensa de 7 e 8 de fevereiro de 2008, os presidentes reafirmaram sua determinação de continuar trabalhando em favor de projetos nacionais de desenvolvimento convergentes, assentados em uma vigorosa agenda social e produtiva para o combate à fome e à pobreza, bem como para a promoção da justiça social, da inclusão social e do trabalho decente. Os presidentes reiteraram, também, o seu compromisso com uma integração regional que fortaleça o diálogo político e os laços econômicos e comerciais entre os países sul-americanos, com ênfase na interconexão física, nos projetos de infra-estrutura e nos assuntos energéticos²⁵.

No âmbito da integração regional propriamente dita, os avanços no entendimento bilateral Brasil-Argentina impulsionaram significativas mudanças que contribuiriam para a expansão dos processos do MERCOSUL e da UNASUL. No que se refere ao MERCOSUL, destaca-se que, a partir de 2003, há um retorno das propostas de reforma institucional, conduzidas principalmente pelos maiores sócios, Brasil e Argentina.

A concepção do desenho institucional do MERCOSUL, estabelecida pelo Protocolo de Ouro Preto de 1994, reflete um modelo de integração do tipo mercantilista, que responde ao contexto político e ideológico regional dos anos noventa, cuja premissa era o grau mínimo de compromisso entre os Estados.

Entre as principais mudanças que dizem respeito às iniciativas dos maiores sócios – por ocasião do exercício da presidência Pro Tempore, de aprofundar e expandir o bloco e paliar seu “déficit democrático” – ressaltam-se: a criação da Comissão de Representantes Permanentes

25 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/08/visita-ao-brasil-da-presidente-da-argentina>>. Acesso em fevereiro de 2012.

do MERCOSUL; a instalação do Tribunal Permanente de Revisão; as criações do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, do Parlamento do MERCOSUL, do Estatuto de Cidadão, do cargo do Alto Representante do MERCOSUL, e do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Intendências do MERCOSUL. Além disso, evidenciam-se iniciativas como o MERCOSUL Social e Solidário, as reuniões de cúpula sociais e o Observatório da Democracia do MERCOSUL.

No que diz respeito à UNASUL, destaca-se a implementação de Conselhos setoriais destinados a exercer um papel chave na condução de questões relevantes para o desenvolvimento da região, tais como: Desenvolvimento Social; Defesa; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; Saúde, Infraestrutura e Planejamento; Luta contra o narcotráfico e Energia.

Entre os grupos de trabalho em funcionamento, encontram-se o de Solução de Controvérsias em matéria de Investimentos, o de Integração Financeira e o Foro de Esportes. Ademais, é fundamental sublinhar o papel da UNASUL na manutenção dos valores democráticos e de paz na região, destacando-se as Declarações emitidas por motivo da crise na Bolívia, em setembro de 2008, e do golpe de Estado sofrido pelo Equador em setembro de 2010, além da aprovação do Protocolo Democrático de novembro de 2010.

Ao mesmo tempo, no dia 31 de janeiro de 2011, as presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández mostraram manter a mesma linha de integração que pensaram Kirchner e Lula (Granato, 2011) e mantiveram reunião de trabalho na cidade de Buenos Aires. Na Declaração Conjunta de Imprensa, ambas reafirmaram a importância da aliança estratégica entre Brasil e Argentina, como eixo constitutivo da integração regional, e reiteraram o compromisso com o processo de integração bilateral. A aliança estratégica é considerada uma pedra fundamental para o êxito do projeto comum de integração, no qual se destacam a importância do aprofundamento do MERCOSUL como principal âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da UNASUL como fator de unidade e de

cooperação na América do Sul²⁶.

Além do mais, em 29 de julho de 2011, após reunião de trabalho em Brasília, as presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner assinaram Declaração Conjunta de Imprensa e consideraram a aliança estratégica como pedra fundamental para o êxito do projeto comum de integração, no qual destacam a importância do aprofundamento do MERCOSUL como âmbito de integração política, social, econômica e comercial da região, e a constituição da UNASUL como espaço de unidade, diálogo político e cooperação na América do Sul²⁷.

Finalmente, em função do que foi aqui resenhado, cabe tornar nossos os problemas propostos por Paradiso (2008), sob o enfraquecimento do consenso necessário para sustentar esforços no longo prazo na região; bem como por Jaguaribe (2009), referentes a como dar confiabilidade e durabilidade ao processo de integração na América do Sul, a partir dessa mesma dualidade na aliança argentino-brasileira: solidez, talvez seja esse o caso.

Conclusão

A sociedade estratégica argentino-brasileira, como elemento aglutinador, se apresenta como o caminho real para consolidar a unidade sul-americana. A profundidade e o grau de confiança alcançados nas relações bilaterais, principalmente a partir de 2003, permitiram, aos países do eixo, fundamentar uma interpenetração econômico-comercial, político-institucional, cultural e de defesa. Além disso, projetou uma visão comum, compartilhada, da integração regional,

26 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao_conjunta_por_ocasio_da_visita_da_presidenta_dilma_rousseff_a_republica_argentina-2013-buenos_aires-31-de-janeiro-de-2011>. Acesso em fevereiro de 2012.

27 Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto_por_ocasio_da_visita_oficial_da_presidenta_da_republica_argentina-cristina-fernandez-de-kirchner-ao-brasil-2013-brasil-ia-29-de-julho-de-2011>. Acesso em fevereiro de 2012.

que ganhou densidade nos âmbitos do MERCOSUL e da UNASUL na maioria dos casos, e, seguindo o fiel exemplo histórico, através da multilateralização de suas propostas bilaterais.

O modelo de integração enquanto projeto político se apresenta no século XXI como o ponto de partida para o fortalecimento da união sul-americana no mundo. Neste caminho, Brasil e Argentina procuram promover e solidificar a ideia brasileira de um projeto de desenvolvimento econômico e social equitativo para a América do Sul. Ambos os países têm assumido o desafio, enquanto sócios maiores, de aprofundar a industrialização, preservando as identidades culturais e favorecendo um crescimento e desenvolvimento harmonioso na sub-região. Assim, a convivência de povos e grupos sociais exige um alto sentido de colaboração para consolidar este projeto de vida comum.

O Brasil e a Argentina entendem que se associarem regionalmente é organizar as relações de vizinhança em torno desse modelo integracionista de desenvolvimento baseado em uma visão comum, compartilhada, regional, superando as relações bilaterais. O interesse dos Governos do Brasil e da Argentina está em aprofundar o entendimento político e a integração bilateral e regional, garantindo, para suas sociedades, parafraseando o presidente boliviano Evo Morales, o “*buen vivir y vivir bien*”.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Celso. (2004), “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula.” *Diplomacia, Estratégia e Política*. Brasília, 01.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. (1987), *O Eixo Argentina-Brasil: O processo de integração da América Latina*. Brasília, Editora da UnB.

BIELSA, Rafael. (2005), “La política exterior argentina” in Bielsa, Rafael *et alii*. *Estado y Globalización*. El caso argentino. Santa Fe, Rubinzal-Culzoni.

BOLOGNA, Alfredo B. (Dir.). (2006), *La Política Exterior del Gobierno de Kirchner*. Rosario, UNR Editora.

CANDEAS, Alessandro W. (2010), *Integração Brasil-Argentina*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

CERVO, Amado L. (2008), *Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo, Editora Saraiva.

_____. (2006), “Os Paradigmas das Relações Brasil-Argentina no Contexto da América do Sul”, in *Presidência da República. Reunião de estudos Brasil-Argentina: uma relação estratégica*. Brasília, Imprensa Nacional.

_____ e BUENO, Clodoaldo. (2002), *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Editora da UnB.

CORTÉS, M. Julieta; CREUS, Nicolás. “Entre la necesidad y la desilusión: los dilemas de la política exterior argentina hacia Brasil (2005-2009)”, in Bologna, Alfredo B. (Dir.). (2010), *La Política Exterior de Cristina Fernández: apreciaciones promediando su mandato*. Rosario, UNR Editora.

ESCODÉ, Carlos. (1992), *Realismo periférico. Fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires, Planeta.

_____ e CISNEROS, Andrés. (1999), *Historia General de las Relaciones Exteriores de la Argentina*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J. (2004), *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34.

GARCÍA, Marco Aurélio. “O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição”, in Sader, E. y García, M. A. (Org.). (2010), *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo, Boitempo Editorial.

GRANATO, Leonardo. “Cambio de género, no de objetivos. El eje de integración”, in *Página/12*, Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011.

_____, ODDONE, Nahuel e VAZQUEZ, Juan Cruz. “El Mercado Común del Sur: hacia un MERCOSUR posible”, in Durán, S., *et alii* (Coord.). (2008), *Regionalismo y Globalización: Procesos de Integración Comparados*. Buenos Aires, Editorial Universidad Abierta Interamericana.

_____. “UNASUL: construíndo a autonomia relacional”, in Dominguez Ávila, C., *et alii*. (Comp.). (2010), *Sociedade e Estado no Brasil Contemporâneo: Direitos Humanos, Cidadania e Democracia*. Curitiba, Editora Honoris Causa.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O mundo multipolar e a integração sul-americana*. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, 25 (03), 2007.

JAGUARIBE, Helio. *Aliança argentino-brasileira. Diplomacia, Estratégia e Política*. Brasília, 02, 2005.

_____. “Brasil-Argentina, a indispensável aliança”, in Lechini, G., *et alii* (Org.). (2009), *Argentina e Brasil: Vencendo os preconceitos. As várias arestas de uma concepção estratégica*. Rio de Janeiro, Revan.

MIRANDA, Roberto. La participación argentina en la integración

sudamericana. Cuestiones sobre su contenido político. *Invenio*, Rosario, 10 (18), 2007.

PARADISO, José. Prólogo, in Caldas, E.; Granato, L. (Coord.). (2008), *Integración Regional Sudamericana: Quo Vadis?* Mossoró, Igramol.

_____. (2005), *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RAPOPORT, Mario e CERVO, Amado L. (2001), *El Cono Sur: una historia común*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

_____ e MADRID, Eduardo. (2011), *Argentina-Brasil: de rivales a aliados*. Buenos Aires, Capital Intelectual.

RUSSELL, Roberto e TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2002) “De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur”. *Perfiles Latinoamericanos*. Buenos Aires, no 21.

_____. (2003), *El lugar de Brasil en la política exterior argentina*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

SARTI, Ingrid. “A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas”, in Caetano, G. (Coord.). (2011), *MERCOSUR: 20 años*. Montevideo, CEFIR.

SIMONOFF, Alejandro. Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner. *CONfines*, Monterrey, 05 (10), 2009.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. (2005) *Hacia una nueva estrategia internacional: El desafío de Néstor Kirchner*. Buenos Aires, Editorial Norma.

VIGEVANI, Tullo, *et alii*. (2003), “Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração”. *Tempo Social*, São Paulo, 15 (02).

Recebido em 29/03/2012
Aprovado em 17/05/2012